

SEIS TESES SOBRE MEMÓRIA E HEGEMONIA, OU O RETORNO DA POLÍTICA¹**SEIS TESIS SOBRE MEMORIA Y HEGEMONÍA, O EL RETORNO DE LA POLÍTICA****SIX THESES ABOUT MEMORY AND HEGEMONY, OR THE POLICY RETURN**Fernando Rosas²

Resumo: Este texto diz respeito à memória, hoje, como palco da luta de classes. Em seis teses desenvolve-se que: 1. o lembrado ou não lembrado das práticas humanas do século XX constitui-se num debate elaborado em surdina, mas, que já provoca ruído; 2. que o debate na apropriação pela memória faz parte da luta pelo poder; 3. que a memória não vale por ela mesma, mas, pela apropriação e seu uso na luta por hegemonia; 4. que o discurso historiográfico não é neutro; 5. que o ideário neoliberal veiculado pelas media fortalece um presentismo que impede a cultura crítica, conceitos e valores de potencial subversivo, com evidentes consequências na exploração do trabalho, na ação política reformista, na reabilitação, em surdina, das práticas políticas da ditadura, do salazarismo, do colonialismo; 6. que a resistência ao apagamento da memória é tarefa de movimentos sociais. Finalmente, que os trilhos da memória são a espinha dorsal da identidade de quem vem de longe na luta política. Que essa consciência de si é o fulcro de todo o combate emancipatório. Por isto, tenhamos Memória.

Palavras-chave: Memória; Hegemonia; Reformismo; Emancipação.

Resumen: Este texto trata de la memoria, hoy, como palco de la lucha de clases. En seis tesis se expone que: 1. lo que se acuerda o lo que no se acuerda de las prácticas humanas del siglo XX se constituye en un debate elaborado en sordina, pero, que ya provoca ruido; 2. que el debate en la apropiación por la memoria hace parte de la lucha por el poder; 3. que la memoria no vale por ella misma, pero, por la apropiación y su uso en la lucha por hegemonía; 4. que el discurso historiográfico no es neutro; 5. que el ideario neoliberal vehiculado por las media fortalece un presentismo que impide la cultura crítica, conceptos y valores de potencial subversivo, con evidentes consecuencias en la exploración del trabajo, en la acción política reformista, en la rehabilitación, en sordina, de las prácticas políticas de la dictadura, del salazarismo, del colonialismo; 6. que la resistencia a la borrada de la memoria es tarea de movimientos sociales. Finalmente, que los carriles de la memoria son la espina dorsal de la identidad de quien viene de lejos en la lucha política. Que esa conciencia de si mismo es el fulcro de todo el combate emancipatorio. Por esto, tengamos Memoria.

Palabras-llave: Memoria; Hegemonía; Reformismo; Emancipación.

Abstract: This text is about the memory as a stage for the classes struggles nowadays. In six theses is developed that: 1. the remembered or not remembered from the human practices from the 20th century is prepared in a hidden discussion, but that already causes noise; 2. that the discussion on the ownership for the memory is a part of the struggle for power; 3. that the memory isn't worth by itself, but for the ownership and its use in the struggle for hegemony; 4. that the historiographical speech is not neutral; 5. that the neoliberal ideology run by media that reinforces a present that prevents the critical culture, concepts and values from a potential subversive, with obvious consequences on the exploitation of the labor, in the reformist political action, in the rehabilitation, in quiet, from the dictatorship policy practices, from salazarism, from colonialism; 6. that the resistance to the deletion of the memory is a task of the social movements. Finally, that the paths of the memory are the backbone of the identity of those who come from far in the political struggle. That this awareness of itself is the fulcrum of the entire emancipatory fighting. Because of this, we should have memory.

Key-words: Memory; Hegemony; Reformism; Emancipation.

1. Os problemas que aqui desejo sinteticamente apresentar respeitam à relação atual, isto é, nos debates hoje em curso, entre a luta pela Memória e o conceito de hegemonia que, para este efeito, pedi de empréstimo aos trabalhos de António Gramsci.

Na realidade, trava-se hoje na sociedade portuguesa, mas não só em Portugal, efetivamente em quase todas as sociedades do ocidente, um debate surdo, mas crescente, em torno da subsistência, da relevância ou dos conteúdos das memórias do século XX. E falo da Memória numa acepção mais vasta do que o discurso historiográfico, prévia em relação a ele, e necessariamente informante e estruturante dos seus conteúdos, sem com ele, no entanto, se confundir. Falo do património físico e documental, falo de representações, de testemunhos, de registos escritos, orais ou filmados, de vivências, daquilo com que se constroem os discursos sobre o passado, mas de que se alimentam as visões atuais.

2. Esse debate, e creio que no momento presente já não há escapatória purista que permita fugir a isso, é um aspecto essencial da luta pela hegemonia política e ideológica nas nossas sociedades. Ou seja, ao convocarmos, ao *inscrevermos* a Memória nos debates de hoje, não estamos só a olhar para trás, isto é, não nos refugiamos no passado, não fugimos para a nostalgia, estamos necessariamente, seja qual for o sentido mais ou menos assumido do exercício, a discutir os conteúdos civilizacionais, as representações sociais, os conteúdos políticos e ideológicos que estruturam os discursos sobre o mundo de hoje e de amanhã. A luta pela *inscrição* da Memória, para retomar o conceito do filósofo José Gil, é, neste sentido, um combate pelo presente e pelo futuro que travamos aqui e agora. Um combate da cidadania, antes de ser um investimento académico da História ou das outras ciências sociais, se bem que a ele indiscutivelmente ligado.

3. Assim sendo, a Memória não é uma “coisa” em si mesma, jazente inteiriça e passiva sob as poeiras do passado, na espera de que a tomem; não é um ente pairando univocamente asséptico sobre os conflitos actuais e passados ou sobre as paixões e as escolhas que eles exprimem. Na realidade, os diferentes tipos de investimento em torno da Memória surgem-nos como um processo social complexo de construção das legitimidades que sustentam as formas de estar, de transformar ou de conservar o mundo em que vivemos. Por isso, a Memória é sempre matéria-prima para arquitecturas de geometria variável. Ou seja, não há um só e “verdadeiro” discurso sobre a Memória, não há memórias objectivamente puras, há memórias que conflituam, que se tentam anular, em última análise, quer se queira ou não, que tomam partido, pela intermediação de quem as convoca, face às grandes escolhas de cada situação, de cada conflito, de cada época. Numa época de crise como a actual – a segunda crise histórica dos sistemas liberais do ocidente, agudizada pelo recente colapso financeiro e económico – essa politização do tratamento da Memória, esse “retorno do político” como impregnante dos discursos das ciências sociais, torna-se mais evidente e inexorável.

4. É certo que falar de “retorno” do político é uma imprecisão que serve unicamente para enfatizar a verificação do fenómeno. Se o discurso historiográfico pode ser visto como uma tentativa de racionalizar e dar sentido aos vários tipos de patrimónios da Memória com que trabalha, o certo é que essa busca nunca deixou de ser condicionada política e ideologicamente pelo ser social do seu autor. Como dizia George Duby, não há história objectiva. E eu penso que a pior forma de manipulação ideológica da

História é a reivindicação da sua pseudoneutralidade ou da sua pretensa objectividade. Não sendo objectiva, a História deve ser metodologicamente séria e rigorosa. Essa é a fronteira epistemologicamente inultrapassável da disciplina. Quanto ao resto, ela acompanha os fluxos e refluxos, as paixões e as reacções do seu tempo. O ciclo da manipulação pela pretensa despolitização imposta pelo pensamento único neoliberal está em crise com todo o resto. Regressa uma progressiva politização da sociedade de que a História vai ser o objecto privilegiado. E talvez se possa pensar que isso trará clarificação e responsabilização acrescidas. O que a meu ver é bom.

5. O mundo capitalista global e do neoliberalismo tem procurado preservar a sua hegemonia ameaçada, designadamente através de 3 tipos de esforços simultâneos de cerco, aniquilação ou manipulação da Memória.

O **primeiro**, talvez o mais generalizado, mais invisível e insidioso, e, por isso, de mais eficaz processo, é o da criação pelas media e através de todas as formas de discurso dominante, de um ambiente de “*presente contínuo*” (E. Hobsbaurn), de anulação da memória e da História, da criação de “*espirais de silêncio*” (Habermas) em torno de qualquer expressão relevante de cultura crítica e progressista. Pretende-se purificar e legitimar toda a casta de agressões e violações antissociais e antidemocráticas, através de uma absoluta anulação da memória dos processos históricos, dos conceitos e dos valores de potencial subversivo. O pensamento hegemónico totalizante constrói-se, assim, sobretudo de silêncios e omissões, de “verdades implícitas”, de decorrências do “senso comum” invisivelmente imposto.

Compreende-se a utilidade central deste apagão permanente das memórias: é mais fácil impor as 10 ou 12 horas de trabalho aos operários das indústria automóvel se eles não souberem, se lhes apagar da memória, dos rios de sangue que correram para a classe operária europeia conquistar a jornada das 8 horas de trabalho. O mesmo se diz do direito à greve, da existência da contratação colectiva e dos sindicatos livres ou da banalização da tortura. Ou seja: as tarefas da Memória são obviamente indissociáveis da sociedade que queremos como presente e futuro.

O **segundo** processo de ataque à Memória é o revisionismo explícito dela e da História que suporta, o que torna particularmente transparente o projecto ideológico que lhe subjaz.

Quando o dr. Rui Ramos e a extrema-direita monárquica caricaturam a I República como um regime terrorista e caótico, num discurso primário decalcado da propaganda estadonovista, o que pretendem não é tanto tratar da I República, mas sim legitimar e banalizar a Ditadura Militar e o salazarismo que lhe teria sucedido como aurora redentora.

Mais uma vez o debate da Memória e a historiografia que o serve são inseparáveis dos imperativos e das escolhas de hoje, e convocam-se para os esclarecer e dar sentido.

O **terceiro** processo, como diria José Gil, é o da não inscrição silenciosa e insidiosa da Memória; **É** esse processo lento de esquecimento organizado, de demissão cívica, de banalização da ditadura, de desculpabilização, essa inculcação mansa de um indiferentismo difuso, meio cobarde, meio ignorante, essa reabilitação torpe do salazarismo, da guerra colonial, das oligarquias do fascismo, veiculada pelas televisões (a começar pela pública!), pelos comentadores políticos de direita que dominam o panorama comunicacional, pelos concursos só aparentemente imbecis, até por alguns livros escolares.

6. Penso que é fundamentalmente em torno desses 3 tipos de manipulações que se há de travar a luta pela Memória, muito mais ampla do que o estrito labor da historiografia. Tenho para mim que os movimentos de reabilitação e defesa da Memória *são sobretudo movimentos sociais*, que colaboram com a investigação histórica, mas a ultrapassam como movimentos cívicos, como exemplarmente nos ensina a grande luta pela reabilitação da Memória da República e dos que por ela tombaram no Estado espanhol. Penso que são *movimentos plurais* e não de partido ou de escola: a defesa da memória do antifascismo convive bem com o pluralismo dos discursos sobre a Memória e a História no quadro dessa recusa comum do apagamento e da manipulação. Ninguém é dono da Memória, nem da Resistência. Esse é um património da luta do povo português de que ninguém é interprete exclusivo ou privilegiado.

Para uma esquerda que vem de longe, os trilhos da Memória são a espinha dorsal da sua identidade. E essa consciência de si é o fulcro de todo o combate emancipatório. Tenhamos, pois, Memória.

Notas

¹ Fala proferida durante o Congresso Internacional Karl Marx. Universidade Nova de Lisboa. Novembro de 2008.

² Historiador. Licenciado em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa, conclui, em 1986, a primeira tese de mestrado em Portugal sobre História Contemporânea. Doutor em História Económica e Social Contemporânea, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. É, desde 1996, professor agregado de História Portuguesa Contemporânea do Instituto de História Contemporânea (IHC), Universidade Nova de Lisboa. Deputado à Assembleia da República Portuguesa pelo do Bloco de Esquerda. Email: ihc@fcsh.unl.pt